

Apresentação de três fragmentos
de textos inéditos de José de
Alencar

Seguem publicados três fragmentos de textos inéditos de José de Alencar, transcritos a partir de manuscritos autógrafos, estes preservados em onze cadernos no Museu Histórico Nacional. São eles, "O hilota do Brasil" [caderno VI] (produzido em 1871, conforme indicação do autor); "Estrada de Baturité" [caderno VI] (produzido provavelmente em 1873, ano de inauguração da ferrovia); "A nova missão" [caderno VI] (sem data indicada).

A transcrição, cotejo e tratamento dos manuscritos autógrafos inéditos e do material pouco divulgado de José de Alencar constituem o resultado da pesquisa de pós-doutoramento do professor Marcelo Peloggio (Universidade Federal do Ceará), que organiza com os professores Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos (UFRJ), Marcus Vinicius Nogueira Soares (Uerj) e Washington Dener dos Santos Cunha (Uerj) a publicação dos mesmos para 2020.

O hilota¹⁷ do Brasil

I

Quem és tu, irmão?

Tu, homem do povo, filho deste abençoado solo americano, o que és na terra de teu nascimento?

Um estrangeiro. Mais do que um estrangeiro, um servo.

És o hilota do Brasil.

Chamam-te cidadão brasileiro. É um escárnio daqueles que fizeram da cidade um ventre.

Para estes, cidadão quer dizer raiz donde se extrai a fécula para o bolo do orçamento.

Genuíno cidadão, no sentido nobre da palavra, só hás de ser quando afinal compreenderes que o governo foi criado para servir ao país e não para gozar dele.

Brasileiro sim és, e muitas vezes; mais do que desejavas.

Quando? Bem o sabes tu.

És brasileiro quando carecem de sangue para as tertúlias imperiais do Paraguai.

És brasileiro quando te escorre o suor, vintém a vintém, para encher a bolsa aos que tomaram o Império de empreitada.

És brasileiro quando te puxam pelas ruas de arma ao ombro e mochila às costas, com o rótulo de Guarda Nacional.

Quando te recrutam, prendem, humilham e despojam; então, sim, és brasileiro da gema.

Sofres tudo com resignação.

Mas se tens a veleidade de tomar ao sério o título, e queres intervir pela opinião ou pelo voto nos negócios deste país, que dizem teu, riem-te ao nariz.

¹⁷ *Hilota*: escravo que cultivava o campo em Esparta; pessoa aviltada.

Se pedes a instrução e o exemplo, pão e água para o espírito da liberdade, respondem com o privilégio e o monopólio, esses dois pesados alforjes que o pobre carrega para o rico.

Desengana-te, irmão; esta bela terra não é nossa, nem brasileira. Ainda pertence a Portugal; não deixou de ser colônia.

Que se vê a cada momento?

Enquanto vegetas aí num catre do hospital, cicatrizando as feridas ganhas em gloriosos combates e catando as migalhas de um soldo mesquinho, o capitalista luso e seus sócios projetam empresas que teu governo liberaliza para fartá-los do ouro amassado com o sal de teu corpo.

Enquanto por mero luxo, te obrigam a montar guarda aí na porta de alguma repartição, privado assim do parco salário, único recurso da família, o trabalhador português lá passa muito ancho¹⁸ de si, calcando com a pesada chancra¹⁹, essa terra que é sua quinta.

Para ele não há recrutamento, nem prisão, nem Guarda Nacional, nem júri; é livre como o ar; e senhor de seus narizes. Aqui vive como o vilão em casa de seu sogro, enquanto não se transforma em barão, e não volta ao ninho para ser par do reino.

E como não há de ser assim?

Teu imperador, em quarenta anos que tem felicitado este país nunca se lembrou de prescindir, em favor do mais ilustre cidadão brasileiro, da fútil e ridícula etiqueta do beija-mão.

Anciãos, veneráveis por suas virtudes e serviços; patriotas que tiveram por berço a independência; cidadãos nutridos com o leite suculento da liberdade, como Feijó, os Andradas, Vergueiro, Paula Sousa, Caravelas, Olinda, Abaeté, Itaboraí e tantos outros; eram pelo respeito à instituição obrigados a curvarem-se para tomar a bênção a uma criança.

Nunca essa criança coroada, nem mesmo depois que lhe começaram a escassear os cabelos sentiu a menor repugnância em receber essa homenagem imprópria de velhos que podiam ser-lhe avô, e eram os pais dessa pátria a quem todos, e ele primeiro, são os servidores.

¹⁸ *Ancho*: vaidoso; orgulhoso.

¹⁹ *Chancra*. Conforme o *Aulete*: “calçado grande e tosco”.

Mas apenas em junho deste ano²⁰, na sua viagem de triunfo, pisou a terra portuguesa, o espírito de sua mãe o penetrou até o âmago, como a Anteu²¹. Sentiu-se português até a medula dos ossos; português e bragantino que é uma quintessência do lusitanismo.

Querendo beijar-lhe a mão um qualquer marquês luso, retirou-as com vivacidade, declarando que ali era o igual de todos.

Ficaste sabendo, pois, que o trono deste Império, tão elevado para nós, povo brasileiro, a ponto de nos perder de vista, que essa eminência está justamente ao nível²² com a calçada do terreiro do Paço em Lisboa.

Depois disto não é para admirar que todos e tu mesmo te considerem um estrangeiro na tua terra; que à semelhança de certas mães, somente se lembram de ser pátria para aperrear os filhos.

Podem te espancar a ti, brasileiro, ninguém, a [não] ser tua família e amigos, se incomodará; sobretudo se não pertenceres a alguma [Aqui se interrompe o manuscrito]

²⁰ Alencar refere-se à chegada de d. Pedro II à Lisboa, em junho de 1871.

²¹ Anteu, ou o gigante mitológico cujas forças se exauriam quando erguido do solo.

²² *Livel*: o mesmo que *nível*.

Estrada de Baturité

I

Entre os melhoramentos da província do Ceará, avulta sem dúvida a sua primeira via férrea.

Se no tempo da prosperidade, a estrada de Baturité era uma promessa de engrandecimento, na crise medonha que aflige a província, tornou-se uma das esperanças de salvação para aqueles povos flagelados.

Infelizmente uma nociva influência agorentou²³ desde o princípio o desenvolvimento da empresa; e de tal modo a tem comprometido que afasta a proteção do governo.

Cumpre assinalar essa causa, para advertir os acionistas da necessidade urgente de removê-la, preservando assim a empresa da ruína, que lhe preparam dois agentes, a quem o ilustre senador Pompeu confiara os destinos da Companhia.

É o fim que nos propomos, traçando resumidamente a história dessa importante associação.

A iniciativa de sua primeira via férrea, o Ceará a deve ao distinto comerciante Joaquim da Cunha Freire, barão de Ibiapaba, e um dos mais prestantes cidadãos da província.

Apareceu há tempos uma pessoa cujo nome não conservamos de memória, pretendendo para si aquela glória; mas ninguém tomou ao sério a ridícula presunção. Se o caixeiro dirigente fosse iniciador das operações do negociante, qualquer marujo de Colombo se poderia intitular descobridor da América.

A construção de uma estrada de ferro era desde muito a ardente aspiração dos cearenses, que por impulso próprio, com a nativa perseverança, haviam dotado a sua capital de melhoramentos consideráveis, como o calçamento das ruas, o encanamento d'água, a iluminação a gás e outros.

²³ *Agorentar*. Conforme o *Aulete*: “encurtar; diminuir, aparar em roda”.

Um distinto engenheiro, o dr. José Pompeu, já em 1868, aventava o plano de uma estrada de ferro na memória que publicou acerca das vantagens do *train road*, de que era concessionário.

Mas a ideia prática, o projeto que se traduziu em fato, foi um cometimento do barão de Ibiapaba, cujo caráter empreendedor e tino mercantil é conhecido não só no Ceará, como nas praças com ele relacionadas.

Compreendeu o iniciador a necessidade de associar ao seu projeto dois homens preponderantes do lugar, e, como ele, diretores da opinião: o senador Pompeu, respeitado por sua ilustração e influência política; o barão de Aquiraz, chefe de uma família importante e o primeiro fazendeiro da província.

Para esse fim, e também para os misteres da escrita, serviu do intermediário um agente, que foi pago generosamente com um quinhão de ações beneficiárias, com as quais, indevidamente, fez-se diretor.

Além dos dois cidadãos referidos, foram convidados para colaborar na empresa da estrada de ferro, o dr. José Pompeu, que defendera a ideia, e o representante da grande casa inglesa de importação e exportação, desde muitos anos estabelecida na província.

A esses cinco cavalheiros, concedeu-se o privilégio, figurando no contrato em primeiro lugar o senador Pompeu, por natural deferência à sua posição.

Instalada a Companhia, cessionária do privilégio, e quando ainda não estava definitivamente organizada, cometeu-se o primeiro erro, encetando-se contra o voto do barão de Ibiapaba os trabalhos da empresa sem o capital preciso.

Essa precipitação, primeira causa dos transtornos da Companhia, foi devida a instigações do agente, apoiado pelo ilustrado senador Pompeu, que nele depositava plena confiança.

Continuaremos.

L.

A nova missão

I

Na esfera política, o liberalismo exerce a iniciativa das ideias; o conservantismo representa o princípio da resistência.

O Partido Conservador é o depositário das tradições nacionais; exprime a estabilidade das instituições. Não lhe atribuem contudo a inércia, e menos ainda a retroação.

Ele caminha, porém, com moderação e prudência; prende-se ao passado, é verdade, para mais seguro penetrar no futuro. Aspira ao progresso pela transformação gradual; ao avesso do Partido Liberal, que procede pela revolução incessante e radical das ideias.

Por isso que a resistência há de se dilatar ou restringir conforme a intensidade da ação inversa: concentra-se quando se exagera o liberalismo; relaxa-se quando as aspirações democráticas se acanham.

Em 1837, o Partido Conservador foi suscitado no Brasil de primeira vez para defender a obra constitucional dos fundadores do Império. Já rudemente abalada em 1832, a nossa lei fundamental estava então sendo solapada pelo espírito sedicioso, que fomentava um mal dirigido liberalismo. Era indispensável reparar a brecha, fortalecendo a autoridade e cimentando no país a ordem vacilante.

Missão de maior transcendência e gravidade é neste momento incumbida pela Providência ao Partido Conservador. Em 1837, a anarquia ameaçava apenas a polícia administrativa; a unidade nacional fora sim tocada pelo espírito federalista, mas de leve somente. O bom senso da terceira legislatura salvara o Império de um deplorável fracionamento.

Na atualidade, o organismo político é atacado na medula.

A Constituição tornou-se o ludibrio de quaisquer mesquinhos interesses. Suas disposições fundamentais, cânones da nossa fé política, não são mais que saliências no caminho vertiginoso. Se impedem o [Aqui se interrompe o manuscrito]

II²⁴

[...] princípios constitucionais em perigo, é formular o programa do Partido Conservador.

Convirja para esse foco da luta o conservantismo do povo brasileiro. No presente esparso e flutuante, salvemos a Constituição, e com ela os preciosos depósitos aí encerrados – as tradições, as crenças, os costumes.

III

É persuasão geral que a monarquia está definitivamente aceita no Brasil pela unanimidade da opinião.

Na superfície, talvez. O edifício aluído²⁵ na base e prestes a vacilar, apresenta não obstante um aspecto de calma solidez.

Desenvolveu-se nos últimos anos uma admiração ingênua pelo povo anglo-americano. Não lhe tem faltado o fomento da parte da administração e imprensa do país.

A adulação é nos povos como nos homens uma baixeza. Acatemos as virtudes da nação americana, mas não seus vícios e defeitos.

Não passa de ridículo arremedo o prurido que se manifesta de tudo imitar dos Estados Unidos.

Na máxima parte, esses sintomas se manifestam em relação à indústria e progresso material; mas de envolta com o interesse insinua-se o gérmen de doutrinas políticas. Admire o povo brasileiro no *yankee* o tipo do homem do século, filho do progresso. No dia em que um demagogo se lembrar de atribuir a atividade industrial à robustez republicana, a opinião popular abandonará suas tradições.

Não faltam estímulos para excitar o país ao respeito e culto das instituições americanas.

A propósito de certo sonho de emigração, teve um ministro de Estado, no Brasil, a simplicidade ou a malícia de [Aqui se interrompe o manuscrito]

²⁴ As páginas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 estão ausentes no manuscrito, suprimindo, assim, quase toda a segunda parte do texto.

²⁵ *Aluído*: abalado.

